



Diário da Sessão n.º 099 de 16/03/04

Presidente: Passamos ao ponto seguinte: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional um conjunto de medidas a serem implementadas relativamente à via rápida Angra/Praia”**, apresentado também pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(* **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como todos têm conhecimento, esta Proposta de Resolução baseia-se numa iniciativa que visa a resolução de problemas que são do conhecimento geral, cujas soluções estão desde há muito previstas nos documentos adequados, o que na nossa perspectiva permite a sua apreciação política em plenário, sem a prévia necessidade da análise em Comissão.

De resto, é um dos temas que tem ocupado a imprensa regional. Na ilha onde se situa a respectiva via que é objecto dessa resolução é tema recorrente e predominante de há muito tempo, mas nomeadamente nas últimas semanas.

Por esse conjunto de razões, o CDS/PP propôs e requereu que a matéria tivesse tratamento urgente e que fosse dispensada a sua análise em Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(* **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostava de dizer que o Grupo Parlamentar do PCP é perfeitamente sensível a esta matéria. Entende que é uma iniciativa politicamente oportuna e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

importante.

Contudo, temos um critério diferente de avaliação face às palavras que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro acabou de dizer, quanto à metodologia da sua discussão.

Nós pensamos que uma matéria, com o grau de concreto que esta tem, só ganha a ir a uma Comissão da Assembleia, em fazer-se uma audição ao Sr. Presidente do Governo e, em sede de Comissão, poderem dar o contributo para que este problema tenha um desfecho.

Depois disso, a resolução virá a esta Assembleia e será um indicador para aquilo que é necessário fazer.

É o entendimento que temos deste tipo de resolução que, aliás, está bem exposta, bem fundamentada e com sugestões que têm sido discutidas na imprensa e na sociedade.

De qualquer forma é um momento excelente para que o assunto possa ser aprofundado.

Por essa razão nós estamos de acordo com a urgência, Sr. Presidente, o que não diminui em nada o valor que damos à iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para registar a nossa opinião relativamente a este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Em nosso entender e como já foi adiantado pelo Deputado Decq Mota, esta é uma matéria de grande interesse que merece uma apreciação aprofundada. Ela elenca um conjunto de soluções que podem ou não ser válidas para a resolução do problema em causa que tem a ver com a segurança rodoviária



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

daquela via tão importante para a Ilha Terceira.

É um assunto que merece uma análise aprofundada, a audição dos responsáveis da tutela, nomeadamente da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, para que ouçamos quais os trabalhos que estão a ser feitos, o que é que se pretende fazer e como se pretende resolver a situação daquela via que, de facto, é grave.

Penso que todos temos a ganhar, sobretudo a Ilha Terceira, com a análise em Comissão e com a audição do Secretário que tem a seu cargo esta matéria.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como já foi aqui referido, esta matéria é oportuna, porque é uma preocupação diária das populações que utilizam aquela via, e é urgente, porque o tempo vai passando e o problema vai durando, se é que não vai mesmo aumentando.

Sobre esta questão deve dizer-se que o Governo já teve tempo mais do que suficiente para intervir nesta estrada. Teve pelo menos 8 anos para proceder às obras de reabilitação, à intervenção profunda e à iluminação que também chegou a anunciar. Portanto, teve tempo mais que suficiente para intervir.

Também teve tempo, mais que suficiente para anunciar essas obras. Como dizia foram sucessivas as vezes que o Sr. Secretário Regional se dirigiu à Ilha Terceira e anunciava, por exemplo, a 23/04/2001, medidas no que respeita à iluminação e resguardo da via rápida.

Em 30/11/2001, voltava a anunciar que iria fazer obras importantes nesta área, previstas para o próximo ano, e deu a garantia de que o dinheiro para essas obras já existia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Teve tempo para intervir. Teve tempo para sucessivamente anunciar e reanunciar essas obras. Teve até tempo para ter a ideia de fazer uma intervenção profunda nesta via.

Deputado Osório Silva (PS): O Sr. Deputado não circula naquela estrada!

O Orador: O que é certo é que foi preciso o Presidente do PSD/Açores ir à Ilha Terceira, faz amanhã 15 dias, anunciar uma reformulação profunda na via rápida que estabelecesse a segurança e as condições de circulação adequadas a uma tão importante via, para que logo a seguir um dirigente local do Partido Socialista anunciasse que já estava adjudicado o estudo a uma empresa internacional. Logo a seguir, o Secretário Regional, à pressa, enviou mais um documento a dizer que já tinha solicitado a um gabinete especialista.

Resta perguntar – e o Sr. Secretário não está aqui, infelizmente – qual é esse gabinete especialista internacional?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Deputado, neste momento estamos a debater a urgência do diploma!

Deputado Hernâni Jorge (PS): E a urgência, Sr. Deputado?

O Orador: Se me permite, Sr. Presidente, gostaria de concluir o meu raciocínio.

Também gostaríamos de saber quando é que foi entregue e anunciado.

Este é um problema vivo.

Como já disse, houve tempo suficiente para intervir, para anunciar e para a ideia que nunca tiveram e até houve dinheiro para intervir. Basta dizer que em 2002 e 2003, estavam previstos 350 mil contos no Plano a Médio a Prazo.

Será que Sra. Deputada sabe que esses 350 mil contos passaram a 200 mil contos?



Deputada Andreia Cardoso (PS): Não. Estava à espera que me dissesse!

O Orador: Desses 350 mil contos, até ao final de 2002 foram gastos apenas 10.365, o que representa muito menos de 10% da obra.

Chegámos a um ponto em que é urgente intervir.

Deputado Osório Silva (PS): O senhor vá ao Jornal Oficial!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Srs. Deputados, este assunto é muito sério para estarem com risadas, com a leviandade que normalmente costumam usar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Exactamente, leviandade!

O Orador: É a leviandade de quem se ri de coisas sérias.

O que está aqui em causa é a urgência e esta proposta do Partido Popular...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Finalmente, chegámos à urgência!

O Orador: ...que está a ser debatida não implica esses estudos.

Presidente: Sr. Deputado, circunscreva-se por favor à questão central da urgência.

O Orador: É isso que estou a fundamentar, Sr. Presidente.

Percebo que a verdade é a coisa que mais incomoda o Partido Socialista e o seu Grupo Parlamentar.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Cada vez que se diz a verdade nesta casa, há um reboiço enorme. Os 30 Deputados que compõem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista levantam-se logo, sem vigor, a contestar tudo o que é apresentado com rigor.

Para concluir, devo dizer que esta proposta do Partido Popular vem no sentido de haver uma intervenção urgente e imediata, que já foi prevista e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

houve dinheiro para isso, sem prejuízo da intervenção de fundo, essa sim, que merece um estudo.

O último ponto da proposta do Partido Popular vai exactamente no sentido de não prejudicar uma intervenção de fundo.

Por isso, o que é urgente é discutir uma intervenção que garanta de imediato, para já, a segurança daquela via.

Nós estamos preocupados com isso. O Partido Socialista não está.

Os terceirenses avaliarão.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

Deputado Osório Silva (PS): Deixe-se de demagogia, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, mais uma vez temos um problema de interpretação para resolver, para o qual peço a vossa ajuda.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pediu a palavra.

Estamos a debater um processo de urgência.

O nº 2 do nosso Regimento diz que “tem direito de intervir por um período não superior a 10 minutos apenas um dos requerentes e um representante de cada grupo ou representação parlamentar”.

Aparentemente parece que é só um requerente, mas depois diz que é um representante de cada grupo parlamentar.

Na minha opinião, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tem o direito de intervir como representante do Grupo Parlamentar.

Esta interpretação é duvidosa e levarei isto à Conferência de Líderes para melhor esclarecimento, mas neste momento dou-lhe a palavra.

(* **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Grupo Parlamentar do CDS/PP agradece a interpretação que V. Exa. fez do Regimento.

Gostaria apenas de referir que o CDS/PP compreende e aceita os motivos fundamentados e politicamente sérios que possam ser aduzidos no sentido de não se passar de imediato à apreciação desta Resolução. Aliás, os argumentos utilizados pelo Deputado José Decq Mota, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, foram cuidadosamente expressos para que não suscitasse qualquer dúvida da sua intenção relativamente ao sentido de voto que aqui manifestou.

Mas no seguimento da fundamentada e esclarecedora intervenção do Deputado Clélio Meneses, gostaria de referir que quem acompanha todas as graves questões que têm envolvido a inoperância governamental relativamente à intervenção na via rápida Angra/Praia, tem perfeita consciência de que há aqui necessidade de actuação urgente sobre essas matérias, nomeadamente as recomendações que são apresentadas em pormenor pelo CDS/Partido Popular.

É nossa preocupação que não se percam mais semanas, porque infelizmente, como todos sabemos em geral e alguns em particular acompanham mais de perto, as tragédias que têm ocorrido naquela via rodoviária têm sido dramáticas e atingem proporções que em termos relativos são alarmantes.

Foi nesse sentido e com essa preocupação que o CDS/PP tomou esta iniciativa política, tendo em conta o levantamento que tem sido feito pelas diversas forças políticas, pela comunicação social, pelas autoridades policiais e pelas próprias entidades representativas da lavoura terceirense. Basta atentar nas primeiras páginas dos diários daquela ilha e ver que há uma preocupação abrangente e transversal à sociedade terceirense.

A urgência nesta situação é um ponto primordial nessa abordagem.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Prevendo que a decisão da Assembleia será influenciada pelo voto da maioria, deixamos aqui a nossa expectativa de que não seja utilizado como elemento dilatório, que não seja mais um pretexto para o Governo não ser chamado às suas responsabilidades.

Como foi muito bem dito pelo Deputado Clélio Meneses, se o Governo já não fez foi porque não quis.

Era importante que politicamente o Parlamento dissesse ao Governo que ele tem que fazer, porque são compromissos assumidos que não envolvem nenhum estudo internacional e que o Governo, politicamente, tem que ser responsável pelo estado calamitoso em que deixou aquela ilha.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Gusmão (PP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, começo por esclarecer uma questão colocada há pouco pelo Sr. Presidente e que tem a ver com a forma de debate deste pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Em nosso entender, cada um dos interventores e um único interventor por cada partido tem 10 minutos e poderá intervir quantas vezes entender até esgotar o seu tempo.

É esta a nossa interpretação do Regimento, uma vez que em situações diversas, como por exemplo a declaração política, é expressamente dito que só poderá intervir por uma vez.

Aqui como não é dito, entendemos que poderá intervir mais do que uma vez.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Eu agradeço essa intervenção. Esse entendimento só assessoria



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

a Mesa.

Portanto, fica assento que o limite é os 10 minutos e pode haver várias intervenções por grupo parlamentar até esgotar o seu tempo.

Sendo assim, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Clélio Meneses, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro: Porque este é um assunto que merece toda a serenidade na sua discussão, entendemos que esta é uma matéria que deve baixar à Comissão.

Como ouvimos pelas palavras do Sr. Deputado Clélio Meneses, não houve qualquer serenidade na sua primeira intervenção...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Por parte da sua bancada!

A Oradora: ... e este assunto merece toda a serenidade na sua análise e toda a serenidade na busca de soluções.

Porque o Grupo Parlamentar do Partido Popular apresenta aqui um conjunto de soluções que no seu entender são boas para a resolução deste problema, e não querendo pôr em causa a bondade das suas intenções, penso que este é um assunto que merece uma apreciação dos técnicos, das pessoas com responsabilidade nesta área, das pessoas que entendam exactamente o problema da segurança rodoviária.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É competência do Governo. O Governo é que tem que fazer os estudos técnicos!

A Oradora: Todos nós percebemos um bocadinho de tudo, mas de nada especificamente.

Penso que este é um assunto que merece baixar à Comissão.

Relativamente às apreciações que foram feitas pelo Sr. Deputado Clélio Meneses e que nada têm a ver com o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, queria lembrá-lo que, no fundo, utilizou um



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

bocadinho de demagogia e tentou fazer ligação à coligação. É evidente que está a cumprir a sua missão, mas não é esse o assunto que está em debate.

Para bem da serenidade, em busca de soluções credíveis e dignas do povo da Ilha Terceira, penso que este assunto merece baixar à Comissão para ser debatido pelas entidades competentes na matéria.

Portanto, o nosso voto é contra a urgência e dispensa de exame em Comissão desta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Com a serenidade que coloquei na primeira intervenção, mas que não foi respondida por parte da bancada do Partido Socialista, devo dizer que a intervenção da Sra. Deputada Andreia Cardoso foi mais um ataque pessoal, do que propriamente o esclarecimento da matéria em causa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que mania da perseguição, Sr. Deputado!

O Orador: A senhora é que disse que eu estava a usar de demagogia.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E eu não posso adjectivar da forma como entender?

O Orador: Os terceirenses já esperam há muito tempo uma intervenção nesta matéria.

Lembro-lhe, Sra. Deputada, o próprio manifesto eleitoral do Partido Socialista...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é preciso lembrar. Eu sei o que é que ele diz:

“Compatibilizar a circulação de animais na via rápida.”

Eu sei de cor! É natural, ele é nosso e eu fiz parte da sua elaboração!



O Orador: Mas diz mais:

O manifesto eleitoral do Partido Socialista, em 2000, prometia “proceder à reabilitação da via rápida, criando condições de segurança e de eficácia que compatibilizem a circulação de gado com os veículos automóveis”.

Dizem que já foi tudo feito. Não é isso que os terceirenses pensam.

Numa declaração de voto do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Angra, em 2002, é dito:

“Reparação da via rápida...

Presidente: Sr. Deputado, ainda não estamos a discutir o conteúdo do diploma.

Neste momento estamos a debater se vai haver ou não dispensa de exame em Comissão.

Peço-lhe encarecidamente que se remeta à urgência.

O Orador: Com certeza, Sr. Presidente, mas até agora foram feitas referências pessoais sobre tudo e mais alguma coisa e nada foi dito.

Eu estou a fundamentar por que é que entendo que é urgente.

Os angrenses já esperaram muito e muito tempo, por muitas e muitas promessas.

Como estava a dizer, esse documento que mencionei há pouco dizia:

“Reparação da via rápida.

Já se iniciaram as obras de conservação dessa via prevendo-se a sua continuação até à intervenção definitiva durante a corrente legislatura.”

O primeiro subscritor deste documento é a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Esperámos todo este tempo.

Da nossa parte entendemos que é urgente discutir esta matéria.

Qual é o mal desta Assembleia recomendar ao Governo que intervenha com urgência sobre a segurança da via rápida que liga Angra do Heroísmo à



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Praia da Vitória?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não há mal nenhum!

Deputado Hernâni Jorge (PS): E qual é o mal desta Assembleia discutir esta matéria em profundidade? Nenhum!

O Orador: Da nossa parte pode ser discutido já.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Da nossa não!

O Orador: Da vossa querem que se espere que até que se resolva o problema.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Usando esta interpretação regimental e como não gastei 10 minutos da primeira vez, dada a evolução que o debate teve, gostaria de dar mais um pequenino contributo.

Mantenho integralmente a posição assumida no início, o apreço que esta proposta do CDS/PP tem da parte desta bancada, mas registo novamente a necessidade de baixar à Comissão para que a Assembleia possa cumprir o seu papel de entidade que deve recomendar quando é preciso recomendar.

Não criemos hoje condições, artificialmente, que dificultem depois uma boa discussão desta matéria em Comissão.

Quando se procura usar o debate de urgência para discutir a matéria, Sr. Deputado Clélio Meneses, e para citar o que os partidos pensam sobre ela, está-se a criar, à partida, um ambiente desfavorável a uma discussão bastante equidistante desta matéria.

Este é um problema concreto, sério, que tem provocado vítimas e que tem que ser muito bem resolvido.

Sabe-se que o Governo está a trabalhar nele.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não vem mal nenhum ao mundo, pelo contrário, que a Assembleia se envolva recomendando, ouvindo pessoas e fazendo o relatório que possa ser uma ajuda para o trabalho que o Governo está a fazer. É esta a expectativa que nós temos.

Portanto, Sr. Presidente, salvo melhor opinião, acho que é a altura de passarmos à frente, porque a urgência está exaustivamente debatida.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: E vamos efectivamente passar à frente, porque não há mais inscrições.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 15 votos a favor do PS e 2 votos a favor do PP.



Diário da Sessão n.º 106 de 12/05/04

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar reinício à sessão.

(Eram 18 horas e 05 minutos)

Vamos recomeçar os nossos trabalhos entrando no **Período da Agenda Parlamentar**.

1.º. Proposta de Resolução – Recomenda ao Governo Regional um conjunto de medidas a serem implementadas relativamente à Via Rápida Angra/Praia”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para fazer a apresentação desta Proposta de Resolução.

(*) Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP apresentou nesta Assembleia, a 11 de Fevereiro de 2004, uma Proposta de Resolução em que recomenda ao Governo Regional um conjunto de medidas a serem implementadas relativamente à via rápida Angra/Praia.

Como é do conhecimento desta Assembleia a situação de segurança que tem envolvido a mais importante via rodoviária da Ilha Terceira e uma das mais movimentadas dos Açores constituiu, nos últimos tempos, motivo de grande preocupação, desde logo, pela parte dos utentes, mas também pela parte de diversas entidades, quer as entidades policiais, quer as entidades municipais, quer, naturalmente, as entidades regionais que tutelam aquela infra-estrutura.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS/PP visa recomendar ao Governo uma acção com vista a corrigir situações que já foram publicamente detectadas como causadoras do elevado grau de sinistralidade que afecta aquela estrada, nomeadamente o *aqua planing*, questões que se prendem ou não com separadores e outras formas de sinalização que introduzem e levam ao aumento de segurança daquela via. Como tem sido objecto de discussão a diversos níveis, entendeu o CDS/PP que caberia a esta Assembleia politicamente abordar esta matéria, porque é o nosso papel, e, portanto, a sua iniciativa teve esse objectivo.

Reconhecemos que na altura entendíamos que o Parlamento estaria em condições de votar as recomendações que apresentávamos, mas a maioria foi de opinião contrária.

É bom reconhecer aqui, em nome do Grupo Parlamentar do CDS/PP, que o facto de se ter passado cerca de três meses, sob o nosso ponto de vista, constituiu uma melhoria e uma oportunidade de encontrar as soluções mais correctas sob o ponto de vista da recomendação e, inclusivamente, possibilitou uma abordagem com os diferentes parceiros interessados nessa matéria, que foi muito útil. Também nos fica bem reconhecer aqui que só se ganhou e não se perdeu nada pelo facto de se ter feito o trabalho em Comissão.

O CDS/PP congratula-se com isso e com a forma como os trabalhos decorreram no âmbito da Comissão de Economia. Tivemos o privilégio de estar presentes naquilo que respeitava a esta iniciativa e tivemos oportunidade de ouvir as entidades que foram auscultadas, pelos menos aquelas em que eu estive presente, e foram, de facto, convergentes nas preocupações e na necessidade de haver uma actuação concertada, o mais célere possível, no sentido de dar àquela infra-estrutura rodoviária a maior



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

segurança possível, independentemente duma intervenção de fundo que certamente, e acho que todos os intervenientes assim o reconheciam, se justifica na medida em que há questões que não ficarão resolvidas de todo com as acções que estão aqui previstas.

Também foi nossa leitura haver uma clara sintonia no sentido de que muito mais se poderá fazer, daí as próprias recomendações, para melhorar, por um lado a segurança daquela via e, por outro, as próprias condições em que, repito, um número muito significativo de utentes das estruturas rodoviárias da ilha Terceira, no dia a dia, enfrentam.

Finalmente gostaria de, em nome do Grupo Parlamentar CDS/PP, assumir a proposta alternativa da própria Comissão, que é unanimemente aqui apresentada, e congratular-nos com o trabalho e o consenso que foi possível gerar à volta dum conjunto de medidas a serem implementadas no curto prazo e que constitui uma resposta em tempo oportuno por parte deste Parlamento.

É uma preocupação geral duma população que, certamente, se sentirá confortável pelo tratamento que este Parlamento deu a uma preocupação que era sentida por todos e que o Governo Regional, também na posse desse instrumento, estamos certos, irá empenhar-se para que se dê rapidamente corpo ao desejo que aqui está expresso na proposta do CDS/PP, com as correcções introduzidas pela Comissão de Economia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está aberta a discussão sobre esta Proposta de Resolução do CDS/PP. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)



Tem a palavra, para intervir no debate, o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(* **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo Regional gostaria de afirmar a sua firme intenção e propósito na senda do que já tem feito no sentido de melhorar de um modo geral a segurança rodoviária dos 1400 km de estradas regionais que existem nos Açores e que, infelizmente, ainda a sua não totalidade está em óptimas condições.

Em relação à via rápida que é uma via estruturante e fundamental para a ilha Terceira, pretendemos também continuar a proceder neste ano a algumas correcções, à semelhança do que já se tem feito naquela via por administração directa e por empreitada.

Também já está celebrado um novo contrato com a SPRHI, SA para fazer mais uma intervenção na correcção de algumas situações da *aqua planing*, no valor de meio milhão de euros.

Em relação à instalação de separadores centrais e laterais, eles não são possíveis numa grande parte daquela via, porque, como se sabe, os separadores centrais pressupõe à partida a existência duma faixa de dois metros e uma via de três metros para que isso seja possível.

Por outro lado também alguns separadores laterais são impossíveis de colocar pelo facto de haver entradas para a via rápida de zonas e de explorações agrícolas.

Naturalmente que nós já procedemos à limpeza, porque isso é importante, dos reflectores que existem naquela via e que, quer com a chuva, quer com o gado que passa lá, às vezes ficam em condições de menor visibilidade e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

isso é importante sobretudo nas zonas de nevoeiro, mas depois da repavimentações que estão previstas há que reforçar novamente aquela sinalização, como também aprofundar os sinais de informação e de prevenção nos troços mais críticos.

Em relação à iluminação nós pensamos que o estudo que está a decorrer e que terminará em finais de Junho, princípio de Julho, dará novas indicações para saber que cruzamentos deverão ser iluminados, perante um projecto futuro que terá que ser muito mais global.

É também de nos congratularmos com o facto de, por entendimento com os senhores lavradores, o IROA e a Associação Agrícola da Ilha Terceira, ter havido melhorias na questão das mudanças do gado, o que também faz parte um pouco do entendimento da cidadania que é preciso ter numa via daquela natureza.

As acções preventivas e correctivas da PSP não dependem directamente do Governo Regional, dependem do Ministério da Administração Interna, mas nós sabemos que tem havido algumas acções correctivas em matéria de fiscalização da via, ainda que isso não seja da competência directa do Governo Regional. Podemos articular algumas acções, mas isso é uma competência que não é da Região.

Finalmente quero dizer também que, independentemente dos acidentes na via rápida, no caso da Ilha Terceira esses acidentes têm causas que não são, felizmente ou infelizmente, nem podem ser alocados a uma única causa, nem à via sob ponto de vista de todas as condições, não só na gravidade dos acidentes. As mortes por acidente na ilha Terceira não existem em maior número na via rápida, tem existido em outros locais.

Posso dizer que em 2002 houve 13 acidentes mortais e em 2003 houve 8 e eles não são na sua maioria na via rápida. Tem havido, sim, muitas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

infracções em termos de detenções por condução ilegal, por presença de taxa de alcoolémia superiores ao normal e isso tem conduzido naturalmente a situações de feridos ligeiros e feridos graves na Ilha Terceira e não na via rápida em particular.

Aliás, penso que esse foi também o resultado das conclusões da Comissão, mas o Governo Regional reitera efectivamente a sua vontade de continuar a melhorar esta via que é uma via estruturante para a Ilha Terceira.

Muito obrigado.

Presidente: Para intervir neste debate na generalidade, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente apenas para marcar a posição do Grupo Parlamentar do PCP, colocando algumas considerações, que já tivemos oportunidade de pôr em Comissão, mas que penso ser importante registar aqui no plenário.

Em primeiro lugar, o mérito da proposta. É do vosso conhecimento que este Grupo Parlamentar valoriza muito este tipo de propostas, porque esta proposta, que até teve uma tramitação que demorou algum tempo, tem desde logo a enorme vantagem de motivar a discussão organizada dum determinado problema ou conjunto de problemas.

Era uma matéria, que se sabe, bastante falada, bastante discutida na comunicação social e em outros meios, mas a partir do momento em que esta proposta entrou, teve um processo de discussão sistemática e isso é, de facto, uma grande vantagem. Portanto, o mérito da proposta tem que ser realçado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O trabalho desenvolvido pela Comissão é muito elucidativo, quer pela decisão de fazer as audições e o conjunto de audições feitas, quer pelo conteúdo das audições e do relatório.

Ainda um terceiro mérito do próprio proponente – estou muito pródigo hoje em distribuir méritos.

Atendendo à circunstância do nosso Regimento, o proponente, que nem é membro da Comissão, tendo em conta as audições feitas e tendo em conta a sensibilidade que se foi desenvolvendo na Comissão, entendeu fazer as propostas de alteração que possibilitaram que a proposta pudesse ter uma aceitação que penso que vai ser unânime.

Portanto, acho que é um processo feliz e importante.

É evidente que muito há a fazer na nossa Região em relação à segurança rodoviária e também em relação à prevenção rodoviária.

Eu não vou entrar aqui em discussões laterais sobre a rede de estradas desta ou daquela outra ilha, mas todos sabemos que é um sector que tem que ter sempre, dos poderes públicos, da Administração Regional e das Administrações Municipais, uma atenção enorme sob pena de nunca podermos ultrapassar uma situação que é problemática pelo número de acidentes que temos.

Para terminar gostava de dizer que o último ponto desta Proposta de Resolução fala na necessidade de se pensar no futuro desta ligação rodoviária entre Angra e a Praia e eu diria entre o Aeroporto da Ilha Terceira e cidade de Angra e a cidade da Praia.

Em relação a esta matéria o que tem que ser devidamente pensado é qual é a solução futura. Com certeza que todos nos vamos preocupar com isso na altura oportuna. Atrás de tempo, tempo vem e tem que se encontrar uma solução.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Agora, uma via daquele género, com aquele tipo de tráfego, tem que estar sempre nas nossas preocupações e esta Assembleia vai contribuir para que os problemas continuem a ser tratados.

Muito obrigado.

Presidente: Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

(* **Deputado Paulo Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Das várias audições feitas pela Comissão de Economia podemos concluir alguns casos que são problemas da via rápida.

Em primeiro lugar, podemos concluir que a via rápida foi mal projectada e foi mal construída.

Podemos concluir que cada vez existe menos gado na via rápida, mas que terá sempre que haver coabitação entre os condutores e o gado, porque a via rápida atravessa um sítio de pastagens e vai haver sempre gado naquela via.

Podemos concluir também que, em relação os caminhos alternativos que estão a ser construído pelo IROA ao lado da via rápida, quando o caminho entre a Lagoa do Ginjal e a Canada do Pico do Vime estiver pronto, ficará concluído um troço alternativo entre o Pico Redondo e a Canada dos Pastos que liga a Barraca a S. Sebastião.

Podemos ainda concluir que, logo que estejam prontas as cinco estradas que ligam o Golfe à Vila Nova, ficará também concluído um troço que vai tirar o gado da via rápida entre o Golfe e as Freguesias de S. Brás, Vila Nova, Lajes que vai fazer com que diminua cada vez mais o gado nesta via. Também concluímos que a velocidade máxima, permitida por lei, na via rápida são 80 km à hora, o que não é a velocidade de uma via rápida, mas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

sim a velocidade de qualquer estrada fora duma localidade e a razão porque se pratica esta velocidade máxima é porque circulam normalmente na estrada manadas de gado que vão em mudas.

Acho que também podemos concluir que o grande perigo do gado na via rápida não são as vacas em muda, mas sim as vacas estremalhadas.

Pelas audições realizadas podemos concluir que as mudas incomodam, atrasam e não convém a quem circula, mas, de facto, não são o perigo maior da via rápida.

Também poderemos concluir que a grande maioria dos acidentes que acontecem na via rápida são por excesso de velocidade, são por desrespeito pelas regras de prioridade e são também por distração dos condutores.

Com tudo isto também poderemos dizer que são necessárias intervenções na via rápida. Embora já tenham sido feitas algumas reparações, existem ainda vários espaços onde acontecem o *aqua planing*.

Entretanto, também gostaria de dizer que desde 98 a esta parte o Governo Regional já colocou na via rápida vários separadores laterais, desde Angra à Praia da Vitória. Todos aqueles separadores que lá existem foram colocados a partir de 98.

Também foram colocados lateralmente reflectores entre Angra e Praia, o que veio beneficiar a circulação em caso de nevoeiro.

De qualquer maneira, e para concluir, existem problemas na via rápida e são necessárias intervenções.

Está-se a efectuar um estudo, segundo declarou em Comissão o Sr. Secretário. É necessário que esse estudo termine e que se façam as obras necessárias.

Por tudo isto, o PS vai votar favoravelmente esta Proposta de Resolução.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.



Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria há muito que é unânime e há outras questões que não geram o acordo de todos.

Devo dizer que o Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor desta Proposta de Resolução, porque entende que ela é adequada para resolver uma situação que tem preocupado os terceirenses há algum tempo a esta parte.

Sobre a importância da via rápida todos estamos de acordo, é o eixo rodoviário da Ilha Terceira que liga os principais centros urbanos da ilha, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, das freguesias limítrofes, liga ao Aeroporto Internacional das Lajes e só não liga ao Porto, porque a estrada não acabou. Apesar de prometida há 7 anos...

Deputado Osório Silva (PS): O Sr. Deputado é que diz.

O Orador: ... nunca se concluiu.

Todos nos lembramos do caricato episódio dos funcionários em cima duma carrinha...

Deputado Osório Silva (PS): Por questão de segurança.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é o que se chama passar do essencial para o assésório.

O Orador: ... que durante anos indicou que o Porto Oceânico era por uma estrada que não existia. Isto aconteceu até 23 de Janeiro de 2003.

É uma estrada importante, mas poderia ter ainda mais importância se fizesse ligação ao Porto da Praia da Vitória.

Também todos nós reconhecemos a importância de se tomarem medidas nessa estrada. O próprio relatório indicia isso claramente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Sr. Comandante da PSP refere que o piso está em mau estado, que provoca lençóis de água, que revela uma compactação deficiente, que resulta uma ondulação e abatimentos da faixa direita, para além de outras considerações que o próprio relatório faz de forma clara e que indicia que é necessário e importante que se faça uma intervenção de fundo nessa estrada.

Deputado Osório Silva (PS): Já está a ser feito.

O Orador: O que nós não estamos de acordo é que muito já foi dito, muito foi prometido, muitas foram as verbas previstas e pouco foi concretizado.

Faço lembrar, na sequência daquilo que referiu o Sr. Deputado Paulo Messias sobre a conciliação do trânsito do gado com os automóveis, que em 2000 o PS prometia no seu manifesto eleitoral e cito: “Proceder à reabilitação da via rápida, criando condições de segurança e de eficácia que compatibilizem a circulação de gado com veículos automóveis”.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É o risco branco, Sr. Deputado.

O Orador: Em 2000 prometiam isso e estamos em 2004 e agora assumem que não é possível conciliar as duas coisas.

Deputado Osório Silva (PS): Está a ser feito, Sr. Deputado.

O Orador: Digo também que no Plano de Médio Prazo 2001/2004 estavam previstas verbas de cerca de 350 mil contos, passando depois para 200 mil e até ao final de 2002, dos 200 mil contos posteriormente previstos, foram executados apenas 10.350 contos. É muito feio prometer e não investir

Se calhar foi investido nas brochuras, nos cartazes, como disse ontem aqui o Sr. Secretário da tutela. Da nossa parte, nós preferíamos um investimento nas estradas. O senhor prefere os investimentos nas brochuras e nos cartazes e neste caso concreto isto não foi feito.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Também devo dizer que em relação à assumpção da importância das obras, prevista nas promessas, nos PMP, nos Planos Anuais, o próprio Sr. Secretário Regional em 22 de Abril de 2001 prometia algumas medidas no que respeita à iluminação e resguardo da via rápida que liga as cidades de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Em Novembro de 2001 voltava a prometer a iluminação daquela via.

Portanto, foram promessas e anúncios e o que é certo é que teve de ser o Grupo Parlamentar do CDS/PP a apresentar aqui uma Proposta de Resolução para que se avançasse com a obra.

Em 4 de Fevereiro de 2004 o Sr. Secretário mandava uma nota informativa para a comunicação social a dizer que já tinha solicitado a um gabinete de especialistas, em vias de comunicação, um estudo de avaliação que irá habilitar a tomada de decisão sobre o tipo de alterações que deverão ser introduzidas nesta via.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Novamente o Sr. Deputado passa do essencial para o acessório.

O Orador: Isto foi em 4 de Fevereiro de 2004 e algum tempo depois um órgão de comunicação social da Ilha Terceira anunciava que não havia estudo nenhum. Ficamos sem saber se tinha sido solicitado ou não e andamos neste ziguezague de promessas, de anúncios e de informações e chegamos a Maio de 2004 e nada se fez. É lamentável que no final de duas legislatura se tenha que recomendar fazer aquilo que não feito durante todo este tempo.

O que é certo é que há consenso no sentido de que essas obras sejam feitas. Essa unanimidade é importante e congratulamo-nos com a consciencialização da importância de se intervir nessa estrada e isto deve-se de facto à iniciativa dum grupo parlamentar da oposição, com o voto



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

favorável do grupo parlamentar do Partido do Governo, mas o que é certo é que vai ter que ser o próximo governo a cumprir grande parte daquilo que foi prometido em 96 e 2000 e vai ser executado em 2004.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

(* **Deputado Paulo Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para rectificar um pouco a intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses que foi buscar o manifesto eleitoral do Partido Socialista.

Eu disse na minha intervenção que estão a ser construídos caminhos alternativos ao longo da via rápida para gado. São caminhos do IROA que servem para esse fim e, portanto, isso está a ser feito.

Entretanto, também na minha intervenção comecei por dizer que se chegou à conclusão que a construção da via rápida foi mal projectada e mal construída e os Srs. Deputado do PSD riram-se, mas eu gostava de dizer aos Srs. Deputados que quem disse na Comissão de Economia que a estrada foi mal projectada e mal construída foi um Deputado do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação desta Proposta de Resolução.

Está na Mesa um texto do Partido Popular assumindo a proposta de alteração da Comissão.

Assim sendo, ponho à votação esta proposta.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.